

Déficit abaixo de Maastricht

O Banco Central projeta um déficit nominal de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano. Caso se confirme, pela primeira vez o indicador ficará abaixo dos limites do tratado de Maastricht – uma referência mundial para o déficit público, que fixa um teto de 3% do PIB para o déficit nominal dos membros da União Européia.

Em fevereiro, o déficit nominal acumulado em 12 meses atingiu 4,75% do PIB. Graças à queda dos juros e à relativa estabilidade do câmbio, o indicador vem registrando declínio desde outubro de 2003 – um mês antes, estava em 6,32% do PIB.

Em países com baixa inflação, o déficit nominal é o indicador

mais importante – engloba também o pagamento de juros e, em última instância, determina a dinâmica da dívida pública.

No Brasil, o dado fiscal mais observado é o superávit primário – passou a sê-lo depois que o FMI o adotou em suas metas para o País. No acordo fechado em 1998, o governo conseguiu convencer o FMI de que não tinha controle sobre o gasto de juros – que flutua de acordo com as decisões de política monetária.

Maurício Oreng, analista do Unibanco, considera que o indicador chave para o Brasil é o superávit operacional – que só considera os juros reais. Em fevereiro, o déficit operacional ficou em 1,09% do PIB. (A.R.)